



NÃO BASTAM DESCULPAS, QUEREMOS RESPEITO E DIÁLOGO!

As entidades sindicais que representam cerca de 23.000 empregados do Sistema Eletrobras entendem, que mais importante do que um vídeo de desculpas, é o reconhecimento, por parte do Presidente Wilson Pinto, indicado pelo Ministro Fernando Coelho Filho, de que vem sistematicamente exagerando ao tratar sobre questões da Eletrobras e seus empregados. A falta de respeito e destempero recorrentes precisa ser encerrada imediatamente, pois não cabe mais este tipo de postura na gestão em pleno século XXI.

Os trabalhadores e as entidades sindicais não são contra a busca de melhoria para o Sistema Eletrobras. Porém, querem que as ações de eficiência sejam amplamente discutidas com os empregados e seus representantes, pois existe o interesse em contribuir com sugestões. São

necessárias medidas reais e eficazes, e não apenas power points requeitados de consultorias caríssimas.

A mudança verdadeira precisa ser programada, planejada e consistente e não de modo atabalhado e apressado, visando enxugamento irresponsável do quadro de pessoal sem se preocupar com a real retenção do conhecimento, que permitiria a perenidade da empresa. Não se forma um quadro técnico como o do Sistema Eletrobras em pouco tempo. São profissionais altamente qualificados e experientes que serão dispensados e sem uma adequada passagem de bastão aos mais novos. Esse filme é repetência de 2013, referente ao Plano de Incentivo ao Desligamento - PID, quando então desperdiçou 90% do repasse do conhecimento.

Consultoria se limita a recomendar cortes e vendas de ativos

As medidas sugeridas pela consultoria Roland Berger, que já prestou serviços à CPFL e foi recontratada sem licitação pela Eletrobras, carecem de profundidade técnica. Não há, dentre os 18 projetos do Desafio 21, nenhum que trate de aumento de receita. O foco é apenas em cortes, vendas de ativos e privatizações de empresas. A quem interessa enfraquecer a Eletrobras e entregá-la aos chineses, ou quem quer que seja, a preço de banana? Com certeza não são os sindicatos os interessados.

A sanha privatista do Presidente Wilson Pinto não vem considerando as especificidades das regiões onde a Eletrobras é responsável pela distribuição de energia. Até o ex-ministro de Minas e Energia, Senador Eduardo Braga, PMDB-AM, questionou em audiência pública na comissão de infraestrutura do Senado, a privatização das distribuidoras sem a devida solução dos problemas estruturais das empresas, e a garantia de fornecimento de energia para regiões do Amazonas, por exemplo.

CSC mostra sua fragilidade

Quanto à gestão administrativa, as mudanças sugeridas são extremamente frágeis. Vejam o caso da implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), por exemplo. O que está se tentando fazer é como construir uma linha de transmissão sem saber onde ficará a usina: Não levará nada a lugar nenhum. Basta circular no 13º andar de Furnas, onde supostamente seria o CSC, para se verificar que o local não passa de um ajuntamento de profissionais operando remotamente os processos de sua respectiva empresa, sem nenhuma melhoria ou ferramenta tecnológica unificada.

Importante esclarecer que o Sistema Eletrobras é unido apenas por seus

trabalhadores. Do ponto de vista legal as empresas são completamente independentes entre si. Algumas empresas, inclusive, já existiam antes mesmo da criação da Holding, como é o caso da Chesf e de Furnas. As distribuidoras eram empresas estaduais, que foram federalizadas no governo FHC para serem privatizadas e se vincularam à Eletrobras. O que o Presidente chama de redundância nada mais é do que cada empresa do sistema cumprindo seu papel em sua área de concessão. Não se trata de uma empresa única, mas de um sistema que atua em todo o território nacional, inclusive em localidades onde a iniciativa privada jamais entraria, pois visa apenas à lucratividade e não é não faz programas sociais.

Trabalhadores querem ser ouvidos

Os empregados querem discutir os rumos da empresa. Já que são eles os verdadeiros conhecedores, mais do que qualquer consultoria estrangeira, de onde estão os verdadeiros problemas das empresas. É sabido por todos que a fragilidade financeira na qual a Eletrobras se vê hoje decorre não de ineficiência operacional, mas da criação da Medida Provisória 579/2012, editada sob a gestão do Ministro de Minas e Energia Edison Lobão, do PMDB. Tal medida gerou, da noite para o dia, uma perda de receita de R\$ 9 bilhões ao ano para a Eletrobras.

O CNE e os trabalhadores querem o mesmo espaço que o Presidente Pinto dá ao mercado em suas apresentações e à imprensa. A mesma velocidade em chamar jornalistas para coletivas de

imprensa não é vista quando solicitado a sentar à mesa com os representantes dos empregados. Temos hoje um presidente que se tranca em seu gabinete, foge do seu corpo funcional e só quer conversar com os trabalhadores por vídeo gravado ou por carta.

O Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2016/2018, assinado entre a empresa e sindicatos e homologado pelo TST, vem sistematicamente sendo descumprido pela empresa, principalmente em relação ao processo de reestruturação organizacional e mudanças significativas nas condições de trabalho. Como confiar na palavra de alguém que, em sua gestão, não cumpre nem o que foi acordado? Os trabalhadores querem ser ouvidos.